

POLÍTICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS PARA A PERMANÊNCIA NA UNIVERSIDADE

SANTOS, Lorena Cabral de Lima. (UFCG) – lorena_cabraldelima@hotmail.com
SANTANA, Alanny Nunes de. (UFCG) – alanysantana@hotmail.com
AZEVEDO, Regina Lígia W. (UFCG) – regina.azevedo@gmail.com

INTRODUÇÃO: A educação é considerada necessidade básica e obrigatória a todo cidadão, mesmo para aqueles que não podem arcar com tal investimento, sendo assegurado pelo governo, garantindo do ensino básico ao ensino superior. Porém, para ter acesso ao ensino superior público, são realizadas seleções (vestibular) para que o mais bem preparado consiga uma vaga, pois esta é limitada. Os alunos de origem do ensino público recorrem às cotas e quando o acesso lhes é conquistado, ele encara outro grande problema: sua permanência, já que os cursos exigem um grande investimento em materiais didáticos e outros gastos como transporte, alimentação e moradia (as universidades geralmente são localizadas em zona urbana / capital).

METODOLOGIA: Trata-se de um estudo de cunho qualitativo, com abordagem exploratória, feita por meio de uma revisão não sistemática da literatura pertinente, fornecida pelo projeto de pesquisa (PIVIC) que tem por tema “Contribuições da assistência estudantil para afiliação universitária”.

RESULTADOS E DISCUSSÃO: Desde a constituição de 1934 a educação no Brasil começou a aparecer como um direito de todos e como um mecanismo emancipatório e fundamental para o exercício da cidadania (Silveira, 2012). Contudo, o acesso à educação no país não estava ao alcance de todos. Nesse contexto surgem as ações afirmativas que podem ser entendidas como tipos de estratégias que visam a diminuição dos efeitos provocados pela discriminação e marginalização de indivíduos, decorrentes de motivos raciais, étnicos, religiosos, de gênero, classe, dentre outros. Assim, as ações afirmativas podem ser vistas como medidas especiais de promoção à igualdade, tendo em vista que a educação é essencial para a construção e a concretização de uma sociedade livre, justa e solidária (Silveira, 2012 e Ferreira e Matos, 2007). Ao pensarmos em ações afirmativas na educação de nível superior imediatamente nos remeteremos às cotas (as raciais foram pioneiras) que foram implantadas no país tendo por objetivo facilitar o acesso democrático à instituição pública de ensino superior. A partir das cotas raciais, foram implantadas cotas sociais, pois o subproduto social das cotas raciais segundo Santos, Souza e Sasaki (2013) tem como fator propulsor uma questão ideológica, a condição social dos futuros universitários. Assim, uma preocupação surge a partir do ingresso dos então cotistas, pois se dá início a uma democratização do ensino sendo necessário um ensino com

políticas de permanência, pois as cotas ficam sujeitas a não conseguir alcançar seu objetivo, pois como bem se sabe esse universo era impenetrável para uma parte significativa dos alunos pobres. Desta forma, para que permaneça na instituição de ensino superior, o aluno necessita de auxílio para enfrentar os riscos (dificuldades econômicas, aprendizado e relacional) impostos por sua estada neste espaço (Silveira, 2012 e Carneiro, 2010). As ações afirmativas vêm provocando impactos desde o início de seus debates até os dias atuais, essas ações foram formadas com o intuito de tornar mínimo o processo de exclusão; um exemplo é a criação de cinco disciplinas instrumentais que buscam prover supostas deficiências advindas do ensino médio, lhes possibilitando um melhor rendimento acadêmico. Porém, Carneiro (2010) enfatiza que os problemas enfrentados por esses estudantes não se limita a essas questões, sua entrada na universidade lhes trazem despesas e essas despesas geram preocupações, fazendo uma interrupção em seu cotidiano, é preciso elaborar maneiras para garantir sua permanência em seus cursos. É preciso encontrar meios de economizar dinheiro (advindos da família, estágio ou bolsas de pesquisa e programas de apoio social), se for preciso, caminhar para não pagar transporte coletivo, pegar livros na biblioteca e não participar de festas / comemorações com amigos de classe. Tendo em vista ao que foi exposto, Carneiro (2010) conclui que incluir vai além de integrar, é preciso agrupar, abranger, permitir convívio de qualidade e proporcionar debate aberto sobre democratização do acesso e a política de permanência seguida dentre seus desempenhos. **CONCLUSÃO:** Foi possível concluir que assegurar apenas o ingresso de estudantes a universidade não resolve a complexa problemática social causada pela desigualdade, tendo em vista que para manter-se na universidade, o estudante precisará de mais suporte seja para lidar com dificuldades econômicas, de aprendizagem ou relacionais. Assim, são necessárias ações afirmativas para minimizar o processo de exclusão, pelo menos no âmbito educacional, possibilitando o sentimento de pertencimento a um grupo ou mesmo a instituição. Além disso, é necessário o auxílio financeiro, seja por meio de estágios remunerados ou bolsas de iniciação científica, que demonstram-se essenciais para a permanência daqueles alunos que não possuem meios de garantir o mínimo exigido para sua vida estudantil.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas Públicas. Ensino Superior. Assistência Estudantil.